



35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

Área: GT 26 - Pensamento social latino-americano

“Teoria Política e Pensamento Social na América Latina”

Autor: Gisálio Cerqueira Filho gisalio@superig.com.br

Instituição: UFF (Doutor em Ciências Humanas USP, Professor titular teoria política e pesquisador sênior na UFF, editor de *PASSAGENS*, atual Presidente do Forum Universitário do Mercosul - FoMERCOSUL).

RESUMO

O trabalho confronta perspectivas epistemológicas e práticas acadêmicas nas últimas três décadas que configuram as análises no campo da ciência política na América Latina. O embate intelectual recorrente tem implicado uma perspectiva mais analítica, de um lado, contra outra vinculada à história das ideias políticas e filosóficas. Entretanto, tal confronto não deve impedir uma perspectiva analítica capaz de dar conta das relações de força em jogo e também contemplar a historicidade dos conceitos. Sugere-se a hipótese da presença recorrente da escolástica no campo da ciência política na América Latina.

Palavras-chave

teoria política – América Latina – escolástica – história das ideias – crítica social

“Teoria Política e Pensamento Social na América Latina”

Gisálio Cerqueira Filho

O autor agradece a Professora Dra. **GIZLENE NEDER**, do PPGH-UFF, pela ativa participação nesse texto, inclusive na discussão das hipóteses de investigação.

ADVERTÊNCIA

Queremos realizar uma comunicação visando à discussão acerca dos novos caminhos a serem trilhados pela teoria política na América Latina, mais voltados para as inovações epistemológicas capazes de servir como ferramentas de compreensão, conhecimento e transformação da vida das populações latino-americanas.

I

Dirigindo o seu seminário intitulado “A lógica da Fantasia”, de 1967-68, Jacques Lacan acentua:

“Nosso retorno a Freud a todos choca pelo vazio central do campo que instaura, e não menos aos que deles tem a prática. Entre estes seria um alívio reduzir a palavra de ordem à história do pensamento de Freud, operação clássica na filosofia, ou até a seu vocabulário. Faz-se rodar os novos termos com que estruturamos um objeto, alimentando tarefas de livreiro. Levar cada vez mais longe o primado lógico que está na verdade da experiência é devolver essa rodada à poeira que ele levanta”.¹

Parodiando Jacques Lacan eu diria que não estamos comprometidos com uma história das ideias num possível retorno ao tema do pensamento social clássico na América Latina¹, ou mesmo com uma história das ideias no “pensamento social latino-

americano”, mas sim com o vazio central do campo que instaura, no marco da teoria política.

II

Que as ciências sociais tenham sido focadas a partir dos autores considerados “clássicos”, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber, isso é sabido e não é de hoje. É por assim dizer, constitutivo do campo das ciências sociais na América Latina² em geral e no Brasil, em particular. No campo da ciência política, é curioso notar a repetição insistente nos argumentos de validação de conteúdos programáticos baseados em autores considerados também “clássicos” no campo do pensamento filosófico e social. Tal postura orientou o ensino de um repertório de autores eleitos pelo historicismo iluminista que formou o campo na Europa, entre fins do século XVII e XIX. Contudo, se o repertório de autores da ciência política implicou uma seleção feita a partir do olhar iluminista, a constituição do político que emerge da religião (a teologia) consolida-se na escritura de filósofos que deram autonomia ao político entre os séculos XVI e XVII, como interpreta Louis Dumont³. Há aqui um entrelaçamento de olhares e sentidos. Pensamos, portanto, que a própria visão destes “clássicos” passa por clivagens (inclusive aquelas que definem a seleção e a tradução para línguas modernas de autores que escreveram em latim). De modo que a censura iluminista desqualificou autores extremamente importantes para o entendimento do campo político, seja na América Latina, seja no Brasil, no tempo presente. Para ficarmos em um único exemplo, Baruch Spinoza. Tal desqualificação não dificultou, antes, facilitou uma presença de longa duração constituída pelas ideias de Santo Tomás de Aquino, que vamos chamar *tomismo* (Hipótese 1). Precisamente porque excluído do olhar iluminista, elas permaneciam à sombra das ideias dominantes; porém, influenciando poderosamente. Salvo exceções, o empreendimento da terceira escolástica (desde o Concílio Vaticano I, 1870), sobretudo a partir das universidades ibéricas de Coimbra e Salamanca, não foi registrado como marcação contundente no pensamento político latino-americano.⁴ Contudo, essa é uma das nossas hipóteses: a presença difusa e recorrente da escolástica no campo do pensamento social, inclusive da ciência política (teoria política), na América Latina.

A outra hipótese diz respeito à predominância de uma história das ideias filosófico-políticas ou mesmo das ideias jurídico-políticas na constituição seja do pensamento social seja da teoria política na América Latina. Em ambos os casos, há uma dívida para com a teologia política, no sentido mais amplo do termo (Hipótese 2). O escritor argentino Jorge Luís Borges chega a dizer que tomou “aulas de política com o pai, tendo lembrança do mesmo falando-lhe de ideias anarquistas (...)”⁵ todavia, “mais do que política, o que o Dr. Borges ensinou ao filho foram certas ideias básicas de filosofia”.⁶ O comum por toda a América Latina foi que as lições correntes de política (teoria política) viessem quase sempre acopladas à história das ideias filosóficas. Tal procedimento pedagógico coincidiu com a pauta da terceira escolástica⁷. Na Universidade de Coimbra, cujo padrão de ensino influenciou o pensamento político, temos o exemplo eloquente: as aulas de Manuel Paulo Merêa (1889-1977)⁸ abordaram com destaque, no início do século XX, três autores do pensamento político europeu do século XVII: Francisco Suárez (1548-1617), Hugo Grócio (1583-1645) e Thomas Hobbes (1588-1679). E mais dois outros, com menos destaque: Samuel von Pufendorf (1632-1694) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). O objetivo apresentado por Paulo Merêa na introdução do texto mais elaborado, “Suárez, Grócio e Hobbes”, é preencher o vácuo promovido pela transição das ideias pré-modernas (primeira escolástica, contexto de São Tomás de Aquino, século XIII) para as ideias modernas propriamente ditas⁹. Algo similar ocorria por toda a América Latina de influência hispânica. Sublinhe-se aqui que o modo epistemológico do procedimento de Paulo Merêa; resgatou o jesuíta Francisco Suárez (segunda escolástica) e estabeleceu uma continuidade entre as três escolásticas, projetando o tomismo para século XX. Em Paulo Merêa isto está claro. Todavia, nem sempre na influência discreta que vem a exercer, e desde a área do Direito e das Letras, é visível na ciência política praticada na América Latina.

A obra “Suárez, Grócio e Hobbes” é paradigmática. Mas também em outros textos de Paulo Merêa, o pensamento político é enfocado a partir da história das ideias filosóficas. Notadamente: 1) “Suárez, jurista. O problema da origem do poder civil”¹⁰, publicado em 1917, editado pela Revista da Universidade de Coimbra (volume VI), tendo sido apresentado em congresso internacional realizado na cidade de Granada (Espanha), no mesmo ano, para as comemorações do tricentenário da morte de Suárez; 2) “A origem do poder civil em Suárez e Pufendorf (Escolástica e Jusnaturalismo)”¹¹,

cujo título original – “*Escolástica e Jusnaturalismo*” - foi publicado no Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra (volume XIX) em 1943¹²; e 3) “*O ‘legislador’ de J. J. Rousseau*” este um texto inédito, datado de 1967; recebeu uma publicação póstuma, dirigida pelo seu neto, o jurista José Manuel Merêa Pizarro Beleza¹³.

Destaque-se o fato que Paulo Merêa, foi aluno na Universidade de Coimbra, tendo estudado com os então jovens Antonio de Oliveira Salazar (1889-1970) e Manoel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), todos muito católicos. Se um, tornou-se ditador, exercendo a governação totalitária entre 1932 e 1968 em Portugal, o outro veio a ser, como teólogo e cardeal da Igreja Católica, o artífice da influência do catolicismo romano na sociedade portuguesa do longo século XX. Embora muito mais prudente e discreto (nos termos de Baltazar Gracián¹⁴), Paulo Merêa foi o intelectual que realizou o projeto de secularização do pensamento político na modernidade ibérica, sem que este processo pudesse ser considerado de laicização¹⁵.

Conquanto na América portuguesa predominasse a influência da Universidade de Coimbra, na América hispânica predominava a influência da Universidade de Salamanca. Mas Coimbra e Salamanca convergiam nas lições sobre a terceira escolástica. Um pouco em todo lugar latino-americano onde houvesse uma universidade ou faculdade de ciências sociais ou humanidades, essa foi a marca que ainda perdura: o pensamento social e político bem como a teoria política, deixavam-se atravessar por uma genealogia das ideias filosóficas com forte acento jurídico tanto da escolástica quanto do direito canônico.

Jacques Lacan, com argúcia, identificou para além da América Latina, o tomismo como sintoma, na cultura do cristianismo ocidental e não só. Também Sergio Buarque de Holanda, na primeira metade do século XX, depois de um flerte com modernismo¹⁶, dele afastou-se e preferiu enfatizar a crítica, embora sutil, à escolástica. Nas cartas trocadas por Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda, entre 1922 e 1944, o conflito entre a "expressão" e a "ordenação" expõe, no centro do debate político, o indivíduo ameaçado por forças que o transcendem. “*Daí a importância, no ensaio clássico de Sérgio Buarque, da crítica à recuperação anacrônica da Escolástica pelo pensamento conservador, que nos anos 30 viria a alimentar um veio católico de direita*”¹⁷.

Lacan lança mão de um neologismo (*sinthomen*) e da homofonia com a expressão *simptom* para dizer, nos últimos anos de seu ensino, que o sintoma não é apenas uma mensagem cifrada, mas um meio do sujeito organizar o seu gozo (*jouissance*). Ao chamar de *sinthomen* o sintoma, sugere que essa é a razão principal pela qual o sujeito reluta a renunciar ao seu próprio sintoma. Transformado em *sinthomen*, converte-se no pedaço da fantasia no qual o gozo é reeditado na demanda constante do “pedaço do real” contingente em que o desejo fica prisioneiro. A homofonia entre *simptom* (sintoma) e *Saint Thomas* (São Tomás) nos leva mais longe ainda: acaba por associar diversos significados à síntese entre sintoma e fantasia: São Tomás (de Aquino), o santo homem, o homem santo, o homem artificial, o homem sintético, o homem perfeito, enfim, o super-homem (*super man*). O sintoma enquanto *sinthomen* é uma formação significativa perpassada de gozo: trata-se de um significante na exata medida em que sustenta o gozo-o-sentido (*jouis-sense*). Como tal possui um estatuto único. O sintoma concebido como *sinthomen* é, literalmente, nossa única substância, o único esteio positivo do nosso ser, o único ponto que dá consistência ao sujeito. Quando o sintoma nesta acepção radical se desfaz, isso significa o ato de se deixar levar pela pulsão de morte até a destruição total do universo simbólico.

II

No pós-guerra, a crescente influência advinda com a vitória norte-americana na segunda guerra mundial acentuou não apenas a influência dos EUA no mundo bipolar da “guerra-fria” que nascia, quanto foi inspiração para reorientação do conhecimento sistemático da ciência política. Tal mudança de rumo se deu, mais acentuadamente, no Brasil, sobretudo após o golpe de 1964 e da reforma do ensino superior conduzida pelo Ministro da Educação Jarbas Passarinho, mas também com a implementação do sistema nacional de pós-graduação. No campo da teoria política, as instituições que lideraram uma tal orientação foram, sem dúvida, o IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, vinculado ao sistema de ensino Cândido Mendes) e a UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Por isso mesmo, ambas as instituições foram mais propensas ao “neo-institucionalismo” e à “rational choice”, em especial a partir do final da década de 1980.

As reflexões políticas na América Latina, tanto no que concerne ao pensamento social, quanto a uma sistematização maior do campo intelectual da ciência política (teoria política) transformaram as expressões *cânon* e *mainstream* em significantes-mestres. Foram muitos os encontros e desencontros entre os que defendiam uma ciência política mais “humanista”, porque vinculada à história das ideias filosóficas (e jurídicas) e os que defendiam uma ciência política mais “behaviorista” acompanhando os modismos imperantes nos EUA. Curioso que a ciência política hegemônica nos EUA logo derivou para métodos quantitativos, enquanto os que acolhiam uma ciência política mais baseada na análise qualitativa fundeu-se numa história filosófica das ideias que não era avessa ao tomismo.

Mas, de fato, ambos os grupos de pesquisadores e professores estavam aliados e entendiam-se quando se tratava de identificar *cânon* e *mainstream* como dominante e isolar quaisquer tentativas de inovação pedagógica e/ou programática de ensino referidas à teoria política. Muitas iniciativas originais e genuínas foram censuradas e criticadas nos anos 1980 e 1990 simplesmente em função de não serem “canônicas” ou então vinculadas ao *mainstream*. Assim, *cânon* e *mainstream* transformaram-se em senhas para ingresso no universo dominante e de acesso ao reconhecimento no mundo oficial da ciência política (CAPES, CNPq. e outras agências de fomento). Era necessário separar o “trigo do joio”; separar o que era canônico ou pertencente ao *maistream* daquilo não era considerado como tal.

Temos registrado, sobretudo nas últimas três décadas, que os programas de ciência política se mantiveram, a partir de uma abordagem em termos de história do pensamento filosófico-político, com ênfase em “autores” (Sócrates, Platão, Aristóteles, Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Montesquieu, etc.). Esta tendência pode ser observada, também, através das publicações destinadas ao campo intelectual. As coletâneas de “clássicos da política”, por exemplo, em sucessivos empreendimentos editoriais visaram suprir a formação graduada básica em ciências sociais e áreas afins (inclusive no campo intelectual do direito). Vale mencionar as publicações da Editora Ática em São Paulo que nos brinda com duas grandes coleções: 1) Coleção “Grandes Cientistas Sociais”; e 2) Coleção “Clássicos da Política”. A primeira coleção apresenta para cada autor do repertório escolhido, um organizador que assina um comentário sobre o autor em foco e seleciona trechos do autor editado. Interessante observar a combinação de “grandes cientistas sociais” da cultura ocidental em geral com a seleção

de alguns autores brasileiros. A segunda coleção segue a mesma sistemática editorial e foca o repertório “clássico” da história das ideias políticas destacada pela historiografia iluminista europeia. E mais: frequentemente o estudo do pensamento político burguês tem oposto a tradição “autoritarismo *versus* liberalismo”, sem atenção para o fato de que ambos se alternam e complementam na constituição da revolução burguesa. O pensamento político no medievo tem sido desvalorizado e pouca atenção tem sido dada em relação às permanências de longa duração do tomismo (Santo Tomás de Aquino¹⁸) no pensamento político moderno, como sugere enfaticamente Pierre Legendre¹⁹. Talvez fosse interessante fazer o que temos proposto e, em parte, realizado: resgatar o debate entre catolicismo ilustrado e ultramontanismo utilizando como protagonistas as redes conceituais de Michel de Montaigne²⁰ e Blaise Pascal, a partir de Bordeaux, e que se inserem, por séculos, em significativo debate, mormente nos meios jurídicos acerca do “laxismo” *versus* o “rigorismo”²¹.

Concomitantemente com o estabelecimento do regime militar (no Brasil e em outros países latino-americanos) valorizaram-se as interpretações relativas ao liberalismo e, em particular, ao individualismo possessivo, sob a influência do prisma de McPherson. Destacaram-se as análises a partir do conceito de modernização conservadora, tal como usado por Barrington Moore, em *Origens Históricas da Ditadura e da Democracia*²². Na esteira destes dois últimos autores robusteceram-se as interpretações apoiadas na história das ideias políticas.

Muito raramente os cursos de teoria política estavam fundados em conceitos analíticos tais como “estado”, “poder”, “classe social”, “partido”, “política pública” e outros, embora possamos dizer que esta era uma antiga reivindicação que a Professora Miriam Limoeiro Cardoso vinha fazendo na PUC/RJ, quando, nos anos setenta, dirigira o departamento de Sociologia e Política, após ter sido demitida compulsoriamente na UFRJ. Todavia, não foi bem sucedida. Em parte, encarada como uma proposta reivindicada pelo pensamento marxista, muitos estudiosos acabavam não a considerando viável. Tanto por razões de método quanto por razões ideológicas e de censura política.

Quando a preferência recaía no estudo das ideias de Karl Marx, por este viés acabava-se retomando a história das ideias. Faltava à ciência política um escopo teórico

claro, conceitual, bem recortado e com finalidade heurística. Em algumas circunstâncias ainda havia uma certa identificação com o passado, que vinculava a ciência política aos estudos jurídicos. Tratava-se de uma camisa de força ainda imperante. O mesmo não acontecia com a ciência política de inspiração norte-americana, por exemplo, Karl Deutch e Robert Dahl. Aliás, ambos visitaram o Rio de Janeiro na segunda metade do século XX, a convite do Professor Cândido Mendes de Almeida, e deram conferências do salão nobre da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Um tal enfoque apontava para estudos empíricos e, de natureza estatística; todos, porém ainda muito incipientes. Mas o Prof. Cândido Mendes não se descuidava e convidava também para falar o pensador tomista Jean-Maire Domenach, editor da Revista *L'Esprit*, para uma multidão de interessados. E no início dos anos setenta, o Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, então dirigido pelo Ministro Themístocles Cavalcanti, foi pioneiro na introdução da análise quantitativa em ciências sociais²³, perspectiva logo abraçada pelo IUPERJ. Entretanto, por toda a América Latina, a utilização da informática abriu um campo enorme de possibilidades efetivas para estudos e análises de natureza política com base em estudos quantitativos (indicadores políticos).

Mais difícil é dizer se o quanto o debate constante e recorrente entre uma teoria política mal desenhada e uma história das ideais políticas que se faz passar por “teoria política” que, evidentemente, atravessou a censura dos chamados “anos de chumbo”, esteve relacionada às duas formidáveis crises: uma vivida pelo departamento de Sociologia e Política da PUC-RIO (e seu Programa de Pós-graduação em Pensamento Social e Político Brasileiro), na última década do século XX, e outra pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ (com a criação subsequente do IESP-UERJ), na primeira década do século XXI.

III

Nesta parte e com vistas a um programa analítico de ciência política (teoria política clássica) ministrado em 2002.1 pretendemos discutir brevemente uma ementa que consideramos inovadora (Veja-se o Anexo I). Com vistas à relação entre economia e política na atualidade, era dada ênfase no pensamento político burguês em França

(séc. XVII) onde a tese de que a existência de um “mercado perfeito” supunha a existência de um “tirano perfeito”. Eram buscadas convergências entre as ideias de Santo Tomás de Aquino (tomismo) e as concepções burguesas tipo “modelo de príncipe” (tirano perfeito).

O curso visava, a partir do pensamento político considerado clássico, uma abordagem interdisciplinar da relação teoria e prática política, desenvolvida nos seguintes tópicos: 1) A “política como arte” *versus* a “política como missão”: maquiavelismo e tomismo. 2) Evocação da emoção e da tragédia na política: Sófocles (*Oedipus*). 3) A matriz da teoria política burguesa: Hobbes e Locke. Rousseau e o exílio da sociedade humana. Absolutismo e liberalismo. O liberalismo radical (Victor Hugo): um exílio glorioso. 4) “Mercado perfeito” e “tirano perfeito”: concepções burguesas de “modelo de príncipe”. 5) A crítica revolucionária em Marx e o pessimismo em Max Weber. 6) A política como gozo (*jouissance*): sintoma e *sinthomen* em Freud e Lacan. 7) Literatura e política: o imaginário em ação.

Iniciar um curso com a proposta *maquiavélica* para a ciência política significa introduzir a problemática do exercício do poder como arte (“política como arte”) contra a “política como missão”. No mote missionário (“política como missão”), introduz-se já o pensamento agostiniano (Santo Agostinho) e a ideia de predestinação. O diálogo de Santo Tomás com Santo Agostinho é inevitável, pois Santo Tomás valoriza menos a predestinação e introduz a temática do livre-arbítrio como predominante. Todavia, pensar a “política como arte” permite-nos evocar a tragédia grega, com Sócrates, por exemplo, mas também com outros autores da Antiguidade (Ésquilo, Eurípedes) chamando-se a atenção para a relação estética & política para além da ética & política. Tal abordagem propicia uma discussão muito atual acerca das ambivalências e contradições entre o pensar, o sentir e o agir ²⁴. A inovação metodológica no caso concreto é: a) o tratamento dado aos sentimentos, sobretudo as formações inconscientes presentes no discurso político; e b) a hipótese de que “o afeto é político”. Pode-se falar em inovação metodológica e não apenas em novos objetos teóricos, embora isto também ocorra. No que se refere à matriz teórica do pensamento político burguês, se o ponto de partida é a senha “Hobbes como contraface de Locke” *vis-à-vis* os interesses da burguesia que está a nascer, o acento analítico vai para os conceitos de “modelo de príncipe” e “mercado perfeito”. Ao contrário do que se supõe, o princípio tomista inclui

menos a questão da liberdade e mais as questões relacionadas à “perfectibilidade” e “idealização”. Ao “príncipe perfeito” e “mercado perfeito” correspondem a “família perfeita”, a “perfeita casada”, o “código completo”, etc.²⁵. Se por um lado, os conceitos-chaves para uma ciência política moderna tem enfatizado as categorias tomistas; por outro convém ressaltar a tópica do liberalismo radical, a ser mapeado nos seus construtos mais relevantes (por exemplo a partir dos temas: a) o exílio da sociedade humana em Rousseau; 2) a relação entre sentir e pensar em Montaigne; c) o exílio glorioso de Victor Hugo e o liberalismo radical.

Escovar a história a contrapelo, como propõe Walter Benjamin da Escola de Frankfurt, buscando a radicalização dos interesses da burguesia expostos no conceito de revolução a partir de 1789 implica também compreender analiticamente a pauta da classe operária em particular e das classes populares, em geral, no que concerne aos conflitos e divergências entre o Capital e o Trabalho.

Finalmente a terceira revolução industrial aponta para a inclusão crescente do imaginário na política. Mas convém estarmos atentos para a permanência de “formações inconscientes” de longa duração no discurso político, com as implicações correntes no sofrimento psíquico, hoje tão discutido pela psicopatologia fundamental. (veja-se o *site* da Associação Universitária de Pesquisa em Psicologia Fundamental, dirigida pelo Prof. Dr. Manoel Tosta Berlinck (www.fundamentalpsychopathology.org).

NOTAS

¹ Lacan, Jacques. *Outros Escritos*, Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 323.

² Para o conceito de América Latina ver Neder, Gizlene e Cerqueira Filho, Gisálio. “*Jogo de Espelhos e gramática de Sentimentos na América Latina*” in *Revista Comunicação e Política*, Rio de Janeiro: vol. 28, n. 1, maio de 2010, pp. 103-114.

³ Ver Dumont, Louis. *Homo Aequalis, gênese e plenitude da ideologia econômica*, tradução de José Leonardo Nascimento, Bauru/SP: EDUSC, 2000.

⁴ Uma delas é Morse, Richard. *O Espelho do Próspero*, tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁵ *Ensaio autobiográfico*, Trad. Jorge Schwartz. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 p. 11 *apud* Williamson, Edwin. *Borges: uma vida*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p 75.

⁶ Williamson, Edwin. *Borges: uma vida*. *Op.cit.* p. 75.

⁷ Para o caso do Brasil, ver Neder, Gizlene e Cerqueira Filho, Gisálio. “A teoria política no Brasil e o Brasil na teoria política”, IV Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) realizado na PUC-RIO, 21 a 24 de julho de 2004.

⁸ Neder, Gizlene e Cerqueira Filho, Gisálio. *Duas Margens: idéias jurídicas e sentimentos políticos entre Brasil e Portugal na passagem à modernidade*. Pós-doc. realizado na Biblioteca Nacional de Lisboa / Fundação Gulbenkian, Bols ade Investigação para estrangeiros, Lisboa, 2010.

⁹ Merêa, Paulo. *Suárez, Grócio e Hobbes*, Lições de História das Doutrinas Políticas, feitas na Universidade de Coimbra (Curso de Licenciatura em Ciências Políticas), Coimbra: Armênio Amado, 1941. Embora a obra completa de Paulo Merêa esteja sendo editada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, ambas em Lisboa, sob a supervisão do neto José Manuel Merêa Pizarro Beleza, a obra depositada na Biblioteca Nacional de Lisboa foi por nós consultada no original durante a pesquisa documental realizada na Biblioteca Nacional de Lisboa no período abril/junho de 2010.

¹⁰ Merêa, Paulo. “Suárez, jurista. O problema da origem do poder civil”, in *Estudos de Filosofia Jurídica e de História das Doutrinas Políticas*, Prefácio de Mário Júlio de Almeida Costa; nota introdutória de José Manuel Merêa Pizarro Beleza, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, p. 107-185.

¹¹ Merêa, Paulo. “A origem do poder civil em Suárez e Pufendorf (Escolástica e Jusnaturalismo)”, in *Estudos de Filosofia Jurídica e de História das Doutrinas Políticas*, *op.cit.*, p. 351-365.

¹² As referências às datas e revisões das edições dos diferentes textos de Merêa encontram-se detalhadas na edição da Imprensa Nacional-Casa da Moeda de 2004; a organização dos textos foi feita por seu neto.

¹³ Merêa, Paulo. “O ‘legislador’ de J. J. Rousseau”, in *Estudos de Filosofia Jurídica e de História das Doutrinas Políticas*, *op.cit.*, p. 367-383.

¹⁴ Gracián, Baltazar. *Oraculo manual y arte de prudência* foi traduzido para o português sob o título *A arte da prudência*, Martins Fontes, 1996. Há outra tradução em português intitulada *A arte mundana - um oráculo de bolso*, Ed. Best Seller, traduzida da versão inglesa *The art of wisdom*. A tradução para o francês foi realizada por Amelot de la Houssaie sob o título *L’Homme de cour, Champ Libre*. Para o alemão foi traduzido por Arthur Schopenhauer. Num comentário de 1873 Nietzsche chega a dizer que “a Europa nunca produziu nada mais refinado ou complicado em questões de sutileza moral”. (in carta a Peter Gast, 1884). Ver ainda Cerqueira Filho, Gisálio. *Édipo e Excesso: reflexões sobre lei e política*. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 2002, pp. 77/ 87.

¹⁵ Para a diferença ver Marramao, Giacomo. *Poder e secularização: as categorias do tempo*. São Paulo: EdUNESP, 1983.

¹⁶ Ver Cerqueira Filho, Gisálio. *Sergio (modernista) Buarque de Holanda in “Viagem a Nápoles”*. Colóquio Internacional sobre o Método Clínico realizado na Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF), 04 a 07 de setembro de 2009, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), São Paulo. http://www.fundamentalpsychopathology.org/material/coloquio_metodo_clinico/MR/MR13.2.pdf

¹⁷ Monteiro, Pedro Meira. [O mestre e o exílio do pai da semana](#) in *Jornal O Estado de São Paulo*, 23/4/201. O autor é professor de literatura na *Princeton University* e prepara a edição da correspondência entre Mário de Andrade e Sergio Buarque de Holanda, entre 1922 e 1944, a ser publicada pela Editora Companhia das Letras e EDUSP (através do Instituto de Estudos Brasileiros - IEB-USP). De Sergio Buarque de Holanda ver ainda “Escritos coligidos”, organização de Marcos Costa. São Paulo: Editora UNESP, Volumes I e II, 2011.

¹⁸ Ver Neder, Gizlene. *Iluminismo Jurídico-penal Luso-brasileiro: obediência e submissão*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos & Instituto carioca de Criminologia, 2000.

¹⁹ Legendre, Pierre. *O amor do censor. Ensaio sobre a ordem dogmática*, tradução de Aluísio Menezes e Potiguara Mendes da Silveira, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983, 243 p.

²⁰ Ver a citação de Ginzburg, Carlo: ‘os missionários jesuítas deixaram a Europa com os ensaios de Montaigne se não no bolso pelo menos na mente; Montaigne forneceu-lhes um esquema pelo qual podiam filtrar informações...’, “As vozes do Outro: uma revolta indígena nas Ilhas Marianas” in *Relações de Força*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, cap. 3.

²¹ Cerqueira Filho, Gisálio e Neder, Gizlene. “Idéias Jurídicas e Pensamento Político no Brasil entre dois catolicismos: ultramontanismo *versus* catolicismo ilustrado” in *Anais do II Encontro Anual do Instituto Brasileiro de História do Direito*, Niterói, 9/12 de Agosto de 2006.

²² Moore Jr., Barrington. *Los orígenes sociales de la dictadura y de la democracia*, tradução para o castelhano de Haume Costa e Gabriele Woith, Barcelona: Ed. Península, 1973.

²³ Amaury de Souza, também pioneiro nos métodos quantitativos em ciências sociais, trabalhou em 1972 na FGV/RJ com o *best-seller Teoria y metodo de la investigación social*, de autoria de J. Galtung, Buenos Ayres: Edela, 1963.

²⁴ Cerqueira Filho, Gisálio. *A questão social no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

²⁵ Borrmann, Ricardo Gaulia. *Os Fundamentos religiosos do ideal de mercado perfeito em Adam Smith*, in *PASSAGENS – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica (online)*, vol. 2, n.3, janeiro-abril de 2010 <http://www.historia.uff.br/revistapassagens/> Ver do autor a sua dissertação de mestrado *Tal Mercado, Tal príncipe: o paradigma de perfeição na economia política burguesa*, orientada pelo Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF).

ANEXO I - Proposta de bibliografia no curso de Teoria Política (2002.1 na UFF)

Antonio Quinet. “O espelho e o quadro”, ver “O imaginário: narciso e o espelho”, in “Imagem Rainha” (parte I), EBP, Rio de Janeiro: Sete Letras, 1995.

Carl Schorske, *Viena fin-de siècle: política e cultura*, S.Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

Contardo Calligaris, *Hello Brasil!*, São Paulo: Escuta, 1991.

Bernard Schlink, *O Leitor*, Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

Eric Santner, *A Alemanha de Schreber: uma história secreta da modernidade (um estudo sobre a paranóia à luz de Freud, Kafka, Foucault, Canetti e Benjamin)*, Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

Ernesto Sábato, *O Túnel* (romance), Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1981.

Freud, *A interpretação dos sonhos, O inconsciente, Cinco lições de Psicanálise* in *Obra Completa, Standard Edition*, Rio de Janeiro: Imago.

Frederic Jameson, *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, São Paulo: Ática, 1996.

Gisálio Cerqueira, *A questão social no Brasil: crítica do discurso político*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980; *A ideologia do favor e a ignorância simbólica da lei*, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1993; “I love you”, mimeo., Niterói: LCP/ UFF, 1999; “Lo proprio y lo ajeno 500 años después: el Oriente perdido”, (21, 1989.2), Instituto Ibero-americano da Universidade de Sofia, Tokio, Japão; *Édipo*, “*Sujeito-Rei e self-service normativo*”, Lisboa: 1999, “Freud, a cultura e a política” in *Revista PULSIONAL DE PSICANÁLISE*, São Paulo: Escuta, 2002.

Gisálio Cerqueira e Gizlene Neder, “*Emotion in motion*”, *Universidad Antigua de Oñati*, Espanha, 1996. Em português está publicado com o título *Emoção e Política*, Porto Alegre: Forense Universitária, 1997.

Gisálio Cerqueira e Gizlene Neder, “*Law, Family and Policies for Street Children in Brazil*”, in *International Journal of Law and the Family*, 12, (1998), London: Oxford University Press,

Gisálio Cerqueira e Gizlene Neder, “*Os filhos da Lei*”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS/ANPOCS), vol. 16, n. 45, São Paulo, fevereiro, 2001.

Gisálio Cerqueira e Gizlene Neder, *Iluminismo jurídico e circulação de idéias e livros*”, *DISCURSOS SEDICIOSOS*, ano 5, n. 9/10, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.

Gizlene Neder, “O pátrio poder e a reforma das leis civis no Brasil”, Niterói: LCP-Textos para Discussão, n. 3, junho de 1999.

Gizlene Neder, *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.

Guilhermina Garmendia e Nelly Schnaith, *Thomas Hobbes y las origenes del Estado burgues*, Buenos Ayres: Siglo XXI, 1973.

Hobbes, *O Leviatã*, Parte II “Do Estado” (caps. XVII/XXXI) e Parte III “Do Estado Cristão” (caps. XXXII/XLIV).

Karl Marx, *O 18 Brumário*. várias edições.

Lacan, *Lacan, você conhece* (palestras proferidas no encontro *Jacques Lacan* realizado em Paris), São Paulo: Cultura Editores Associados, 1998.

Locke – *Carta acerca da tolerância, Segundo Tratado sobre o Governo, El Derecho a la rebelión*, Buenos Ayres: Ediciones La Bastilla.

Manuel Vázquez Montalbán, *Ou César ou nada* (romance), Lisboa: Difel, 1999.

Marc Bloch, *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, 1949, nova edição preparada por Étienne Bloch, 1993, Paris. Há um outro texto inédito e recentemente encontrado em Moscou, in *Les Cahiers Marc Bloch*, Étienne Bloch (org.), Paris, onde o autor trabalha o conceito de “*démontage*” aplicada a uma estrutura social.

Marc Sautet, *Um café para Sócrates*, Rio de Janeiro: José Olimpio, 1998.

Marcel Mauss, *Une catégorie de l'esprit humaine: la notion de personne, celle de moi*, *Sociologie e Anthropologie*, Paris: 1983. Aborda a distinção entre “sentido do eu” e “conceito de indivíduo”.

Maquiavel, *O Príncipe*, várias edições.

Maria José de Queiroz, *Os males da ausência*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

Max Weber, *A política como vocação, A ciência como vocação*, várias edições.

Miguel Vale de Almeida, “Timor-Leste e a catarse pós-colonial portuguesa” in ESTUDOS CEBRAP (55), Novembro, São Paulo, 1999.

Norbert Elias, Sobre “a sociedade no homem” ver *La Sociétés des Individus*, Paris, 1993. Também *Os alemães*, Rio de Janeiro: Zahar, 1997, e especialmente *A busca da excitação*, Lisboa: Difel, 1985.

Peter Gay, *Lendo Freud*, Rio de Janeiro, Imago, 1992. *O coração desvelado*, S. Paulo: Cia. Das Letras, 1999, *Freud para historiadores*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Pierre Bourdieu, “*Fieldword in Philosophy*”, in *Choses dites*, Paris, 1987. O texto versa “sobre a oposição entre indivíduo e sociedade”. Também “A dominação masculina”, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

Pierre Legendre, *O amor do censor: ensaio sobre a ordem dogmática*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983, “*El crimen del cabo Lortie: tratado sobre ele padre*”, Madrid: Siglo XXI, 1994, “*Pouvoir Généalogique d l'État*” in “*Autorité, responsabilité parentale et protection de l'enfant*”, *Collection Sinthèse, Chronicle Social*, Lyon, 1992.

Richard Morse, *O espelho do próspero*, São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

Robert Darnton- *O grande massacre dos gatos*, especialmente “Os leitores respondem a Rousseau” (págs. 277/329), Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Rousseau, *O Contrato Social, Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, Emílio ou Da Educação*, Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil

Sergio Buarque de Holanda. “Escritos coligidos”, organização de Marcos Costa. São Paulo: Editora UNESP, Volumes I e II, 2011.

Slavoj Zizek, *Hegel com Lacan e Eles não sabem o que fazem: análise do sintoma ideológico*, ambos pela Editora Zahar.

Sófocles, *Édipo-Rei*, várias edições.

Stuart Mill, *Sobre a liberdade*, várias edições.

Victor Hugo, *Os miseráveis*, (romance), várias edições.

Observação: Quando não há referência à editora, cidade, data, deve-se buscar a obra na Coleção “Os Pensadores”, da “Abril Cultural”.

ANEXO II - Eixo dos seminários temáticos.

- 1- Como articular Teoria Política Clássica e intervenção política na atualidade.
- 2- Édipo, Sujeito-Rei e *self-service* normativo.
- 3- *Emotion in motion*: emoção e política – formações inconscientes no discurso e na prática política. (Gisálio Cerqueira & Gizlene Neder).
- 4- A tradição da teoria política diante do pós-modernismo (F. Jameson) - 2 sessões.
- 5- Cultura e política: tomismo e iberismo (Richard Morse).
- 5- Inconsciente e política (Contardo Calligaris).
- 6- Excitação e política (Norbert Elias).
- 7- A tríade lacaniana RSI e a política (Antonio Quinet).
- 8- Paranóia e política: uma forma de resistência ao autoritarismo (Schreber) - 2 sessões.
- 9- Secularização e realismo na política: concepções burguesas de “modelo de príncipe”.
- 10- Direito e política: o código civil como campo do enfrentamento político.
- 11- “Poder, família e controle social”, Projeto Integrado de Pesquisa - CNPq. (Premio da Fundação Luso-Brasileira para o desenvolvimento do mundo de língua portuguesa).
- 12- Psicodrama da reconfiguração identitária pós-colonial: Timor Loro Sae em Lisboa.